



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Deliberação Consema 33/2009**

**De 22 de setembro de 2009.**

**263ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema.**

**(Revogado pela Deliberação Normativa CONSEMA 01/2014)**

~~Dispõe sobre diretrizes para a descentralização do licenciamento ambiental.~~

~~O Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, em especial da atribuição que lhe confere o inciso I do artigo 2º da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, e:~~

~~Considerando que o meio ambiente equilibrado é direito de todos, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, nos termos do artigo 225 da Constituição Federal;~~

~~Considerando que, de acordo com o artigo 23 da Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”; “preservar as florestas, a fauna e a flora”;~~

~~Considerando que a Lei Federal nº 6.938/1981, em vigor, estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente e instituiu o Sisnama-Sistema Nacional de Meio Ambiente, criando as bases para a gestão ambiental compartilhada entre os entes federados;~~

~~Considerando que a gestão ambiental compartilhada entre os entes federados é condição fundamental para a melhoria da qualidade ambiental, na medida em que integra os órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, otimizando os recursos públicos envolvidos na gestão ambiental e aumentando o efetivo técnico envolvido no licenciamento e no controle ambiental;~~

~~Considerando que se entende por licenciamento ambiental o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou daqueles(as) que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, observando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;~~

~~Considerando que a participação do município no licenciamento ambiental preconizada pela Política Nacional de Meio Ambiente foi reforçada pela Resolução Conama 237/97, que regulamenta a atuação dos municípios no licenciamento de empreendimentos e atividades de impacto tipicamente local;~~

~~Considerando que o ponto de partida para os licenciamentos ambientais é a declaração, pela prefeitura, de que a atividade a ser licenciada é compatível com a legislação urbana do município;~~



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

~~Considerando que, pela sua tipologia, os empreendimentos que integrarão a lista constante do Anexo Único são aqueles que a experiência acumulada no licenciamento estadual demonstra acarretarem impactos ambientais tipicamente locais;~~

~~Considerando que, no licenciamento ambiental, o município observará necessariamente a legislação ambiental e os padrões de qualidade estaduais, sendo de sua opção a criação de legislação ambiental municipal mais restrita que a estadual;~~

~~Considerando que o licenciamento ambiental municipal atenderá ao princípio da publicidade nas decisões ambientais, princípio consolidado nas Resoluções Conama 06/1986 e 28/2001;~~

~~Considerando que a SMA e a CETESB têm desenvolvido ações, nos últimos anos, para capacitar os municípios paulistas para a gestão e o licenciamento ambientais, com o objetivo de estabelecer no Estado os fundamentos do funcionamento do Sisnama;~~

~~ESTABELECE as seguintes Diretrizes para a Descentralização do Licenciamento Ambiental:~~

~~Art. 1º - Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União e do Estado de São Paulo, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local.~~

~~Art. 2º - São consideradas como de impacto ambiental local as atividades listadas no Anexo Único desta Deliberação.~~

~~Parágrafo único - Quando a avaliação técnica da atividade ou do empreendimento demonstrar a existência de impacto ambiental direto que extrapole os limites territoriais do município, o licenciamento deverá ser repassado ao órgão ou entidade ambiental competente.~~

~~Art. 3º - Para o exercício do licenciamento ambiental, o município deverá atender às seguintes condições:~~

~~I - Demonstrar a existência e funcionamento regular de Conselho Municipal de Meio Ambiente, de caráter deliberativo e composto paritariamente por órgãos do setor público e entidades da sociedade civil;~~

~~II - Contar, nos quadros do órgão municipal ambiental, com equipe multidisciplinar formada por profissionais qualificados, legalmente habilitados pelos seus respectivos órgãos de classe e com especialização compatível com o bom desempenho das atividades a serem desenvolvidas;~~

~~III - Contar com sistema de monitoramento e fiscalização ambiental que garanta o cumprimento das exigências e condicionantes das licenças expedidas.~~



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

~~Art. 4º – O município poderá firmar Convênio de Cooperação Técnica com a CETESB, objetivando o aprimoramento do sistema ambiental municipal, no qual deverá ser previsto, dentre outras ações, o treinamento da equipe da prefeitura em licenciamento e controle, e do qual se dará publicidade, mediante publicação no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do Município.~~

~~Parágrafo Único – O treinamento de que trata este artigo será realizado pela CETESB.~~

~~Art. 5º – A CETESB, previamente à assinatura do Convênio de Cooperação, avaliará o cumprimento pelo município das condições previstas no artigo 3º, informando o CONSEMA.~~

~~Art. 6º – Caberá à CETESB o licenciamento ambiental dos empreendimentos e das atividades que impliquem em impactos ambientais que ultrapassem os limites territoriais do município, podendo qualquer interessado encaminhar questionamento acerca da abrangência dos impactos dos empreendimentos ou das atividades.~~

~~Art. 7º – Quando a ampliação ou modernização dos empreendimentos e atividades já licenciados pelo órgão municipal de meio ambiente implicarem impactos ambientais que ultrapassem os limites territoriais do município, a competência do licenciamento ambiental será da CETESB.~~

~~Art. 8º – Nas áreas de proteção e recuperação dos mananciais, conforme disposto na Lei 9.866/1997, o licenciamento a ser procedido pelo município deverá restringir-se às atividades descritas nas leis específicas.~~

~~Parágrafo único – Inexistindo leis específicas, o licenciamento ambiental será realizado pelo Estado.~~

~~Art. 9º – No exercício do licenciamento, o município dará publicidade aos pedidos de licença, assegurando à sociedade e a todos os municípios limítrofes informações técnicas, especialmente aquelas que permitam avaliar a extensão territorial dos impactos ambientais das atividades objeto de pedido de licenciamento.~~

~~Art. 10º – Sem prejuízo da publicidade na esfera municipal, a que se refere o artigo anterior, os pedidos de licença e as informações relevantes sobre o processo de licenciamento, inclusive as decisões proferidas pelo município, deverão ser publicados em sistema estadual a ser instituído pela SMA.~~

~~Art. 11 – A SMA, ouvido o CONSEMA, definirá indicadores para o monitoramento e a avaliação das atividades de licenciamento e divulgará anualmente relatório de desempenho dos órgãos municipais licenciadores.~~

~~Art. 12 – Para fins desta Deliberação consideram-se as seguintes definições:~~

~~I – Árvores isoladas: são aquelas situadas fora de fisionomias vegetais, sejam florestais  
ou savânicas, cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si, destacando-se da~~



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

paisagem como indivíduos isolados;

~~II – Vegetação em estágio pioneiro de regeneração: é aquela cuja fisionomia, geralmente campestre, tem inicialmente o predomínio de estratos herbáceos, podendo ocorrer~~

~~estratos arbustivos, conforme definição da Resolução CONAMA 01/1994.~~

~~III – Impacto ambiental local: é o impacto ambiental direto que não ultrapasse o território do município.~~

**~~Francisco Graziano Neto~~**  
**~~Secretário de Estado do Meio Ambiente~~**  
**~~Presidente do Consema~~**

**~~Anexo Único: LISTA DE EMPREENDIMENTOS E ATIVIDADES DE IMPACTO AMBIENTAL LOCAL~~**

~~1. — Obras de transporte exercido em âmbito intramunicipal, cujos impactos diretos não ultrapassem o respectivo território:~~

~~Construção e ampliação de pontes, viadutos, passarelas e demais obras de arte em vias municipais;~~

~~Recuperação de aterros e contenção de encostas em vias municipais;~~

~~Abertura e prolongamento de vias intramunicipais;~~

~~Recuperação de estradas vicinais e reparos de obras de arte em vias municipais;~~

~~Heliponto;~~

~~Corredor de ônibus ou linha sobre trilhos para transporte urbano de passageiros, intramunicipal, em nível elevado ou subterrâneo;~~

~~Terminal rodoviário de passageiros (exceto em Áreas de Proteção aos Mananciais – APM, quando se tratar da Região Metropolitana de São Paulo).~~

~~2. Obras hidráulicas de saneamento exercido em âmbito intramunicipal, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem o território do município:~~

~~Reservatórios de água tratada e Estações Elevatórias;~~

~~Adutoras de água intramunicipais;~~

~~Estações elevatórias de esgotos, coletores tronco, interceptores, linhas de recalque intramunicipais, desde que ligados a uma estação de tratamento de esgotos;~~

~~Galerias de águas pluviais;~~

~~Canalizações de córregos em áreas urbanas;~~

~~Desassoreamento de córregos e lagos em áreas urbanas;~~

~~Unidade de triagem de resíduos sólidos domésticos.~~

~~3. Projetos de lazer, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem o território do município.~~

~~4. Empreendimentos e atividades do setor elétrico, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem o território do município.~~

~~□□ Linha de transmissão e linha de distribuição e respectivas subestações desde que totalmente inseridas no território do município.~~



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

~~5. Obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços de telecomunicação e radiodifusão, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem o território do município.~~

~~6. Empreendimentos e atividades industriais, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem o território do município:~~

~~6.1. Fabricação de~~

~~Sorvetes e outros gelados comestíveis;~~

~~Biscoitos e bolachas;~~

~~Massas alimentícias;~~

~~Artefatos têxteis para uso doméstico;~~

~~Tecidos de malha;~~

~~Acessórios de vestuário, exceto para segurança e proteção;~~

~~Tênis de qualquer material;~~

~~Calçados de material sintético;~~

~~Partes para calçados, de qualquer material;~~

~~Calçados de materiais não especificados anteriormente;~~

~~Esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais;~~

~~Artigos de carpintaria para construção;~~

~~Artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira;~~

~~Artefatos diversos de madeira, exceto móveis;~~

~~Artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis;~~

~~Formulários contínuos;~~

~~Produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório;~~

~~Produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente;~~

~~Produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente;~~

~~Artefatos de borracha não especificados anteriormente;~~

~~Embalagens de material plástico;~~

~~Tubos e acessórios de material plástico para uso na construção;~~

~~Artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico;~~

~~Artefatos de material plástico para usos industriais;~~

~~Artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios;~~

~~Artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente;~~

~~Artefatos de cimento para uso na construção;~~

~~Esquadrias de metal;~~

~~Artigos de serralheria, exceto esquadrias;~~

~~Equipamentos de informática;~~

~~Periféricos para equipamentos de informática;~~

~~Máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios;~~

~~Geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios;~~

~~Móveis com predominância de madeira;~~



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

~~Móveis com predominância de metal;~~  
~~Móveis de outros materiais, exceto madeira e metal;~~  
~~Colchões;~~  
~~Artefatos de joalheria e ourivesaria;~~  
~~Aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral;~~  
~~Escovas, pincéis e vassouras.~~

~~6.2. Demais empreendimentos industriais ou de serviços, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem o território do município:~~

~~Impressão de material para uso publicitário;~~  
~~Impressão de material para outros usos;~~  
~~Edição integrada à impressão de livros;~~  
~~Lapidação de gemas;~~

~~Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração;~~  
~~Produção de artefatos estampados de metal;~~  
~~Atividades de gravação de som e de edição de música;~~  
~~Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos;~~  
~~Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos;~~  
~~Reforma de pneumáticos usados;~~  
~~Envasamento e empacotamento sob contrato;~~  
~~Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores;~~  
~~□□ Empreendimentos e atividades que queimem combustível sólido ou líquido abaixo descritas:~~  
~~Hotéis;~~  
~~Apart-hotéis;~~  
~~Motéis;~~  
~~Lavanderias;~~  
~~Tinturarias.~~

~~7. Coleta de resíduos não-perigosos, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem o território do município.~~

~~8. Cemitérios, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem o território do município.~~

~~9. Supressão de árvores nativas isoladas e de exemplares arbóreos de espécies exóticas, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem o território do município.~~

~~10. Corte de árvores nativas isoladas incluídas nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção, observado o disposto na Resolução SMA 18/07, cujos impactos ambientais diretos não ultrapassem o território do município.~~

~~11. Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) em área urbana, nos casos permitidos pela legislação, quando a área se apresentar sem vegetação, árvores isoladas ou com vegetação em estágio pioneiro de regeneração.~~